

BREXIT: COMO A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA AFETA AS RELAÇÕES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Autores

Joaquim Carlos Racy é economista, cientista social, mestre e doutor em História (área de concentração: relações exteriores do Brasil) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor de graduação e pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. **Álvaro Alves de Moura Júnior** é economista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Economia e Doutor em Ciências Sociais (Área de Concentração: Política) pela PUC-SP. Professor dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e pós-graduação stricto sensu em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e de graduação da Escola Nacional de Seguros (ENS/FUNENSEG). **Vitória Batista Santos Silva** é estudante do Mestrado Profissional em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). **Bruno Tercete de Vasconcelos** possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2008), é mestrando em Economia e Mercados na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as consequências do Brexit para as relações de comércio internacional, sob a lente da Economia Política Internacional. Foram considerados argumentos de autores que já investigaram as relações entre Reino Unido e União Europeia, mesmo em momentos anteriores à entrada do país no bloco econômico. A análise baseou-se nas teorias básicas das relações internacionais – liberalismo e nacionalismo – comparando seus diferentes fundamentos para melhor compreensão das consequências do Brexit. Os resultados contribuem à ideia de que o Brexit pode trazer desvantagens econômicas ao Reino Unido, sobretudo no que se refere às relações comerciais internacionais.

Palavras-chave Brexit. Reino Unido. União Europeia. Relações Internacionais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the consequences of Brexit to the international trade relations, under the lens international political economy. There is a reunion of views from other authors that had already investigated the relations between the United Kingdom and the European Union, even before the entrance of the country in the trade bloc. The analysis was based on the basic theories of international relations – liberalism and nationalism – comparing its different foundations to help in understanding the consequences of Brexit. The results contribute to the idea that Brexit can bring economic disadvantages to the United Kingdom, especially regarding to international trade relations.



KEYWORDS Brexit. United Kingdom. European Union. International Relations.

JEL-CODE: F13; F53; F59.

INTRODUÇÃO

Em 2016 foi realizado um plebiscito para averiguar a percepção dos britânicos sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, bloco econômico e político do qual é membro desde 1973, quando ainda havia a Comunidade Econômica Europeia (CEE). A resposta oferecida pela população revelou uma divisão significativa de opiniões e a opção de sair da União Europeia foi a alternativa vencedora. Mais de três anos após o plebiscito, ainda não houve uma resolução quanto ao destino do Reino Unido, porém muita discussão existe em torno do assunto.

Este trabalho tem por objetivo analisar os impactos da saída do Reino Unido da União Europeia sobre as relações de comércio com os demais países. Desse modo, esta pesquisa visa avaliar a questão sob a lente do conceito de Economia Política Internacional, além de esclarecer quais as principais consequências dessa decisão para o comércio internacional.

Inicialmente foi feita uma revisão da literatura, contemplando as particularidades da participação do Reino Unido no bloco econômico, buscando entender como se desenvolveu a relação entre os britânicos e União Europeia do ponto de vista histórico. Em seguida, foram abordados os aspectos mais recentes, discutindo quais os fatores que levaram à ideia da saída.

A proposta deste estudo consiste em tentar compreender o fenômeno do Brexit pelas perspectivas liberal e nacionalista, buscando adequar a discussão à teoria da economia política internacional e considerando as premissas que distinguem as duas visões, de modo que seja possível entender os principais motivos que contribuíram para a vitória dos partidários pela saída da União Europeia, e quais são os principais objetivos econômicos e políticos almejados pelos britânicos com essa separação.

Por fim, foram apontadas as principais consequências da saída do Reino Unido da União Europeia para o ambiente econômico internacional a partir da situação comercial do Reino Unido em caso de saída, com ou sem acordo.

Dada a relevância das respostas buscadas, espera-se que seja possível esclarecer os motivos do Brexit, visto que uma decisão sobre os rumos dessa questão pode trazer impactos para o comércio entre diversos países.

1. REINO UNIDO E UNIÃO EUROPEIA

1.1. Entrada do Reino Unido na União Europeia: antecedentes

Algumas questões que podem indicar as diferenças entre o Reino Unido e os demais países membros da União Europeia têm raízes bem antes da entrada do país naquele bloco. Ao discutir os antecedentes da entrada, Young (1993) esclarece que desde o final do século XIX o Reino Unido viu sua superioridade, em termos de indústria e de sua estabilidade política dentro do regime parlamentarista, ser ameaçada por países como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos. Schutte

(2017) acrescenta que a criação da Commonwealth e os resultados da Segunda Guerra Mundial também endossaram o sentimento de potência mundial nutrido pelo Reino Unido, principalmente pelo fato de o país não ter sido dominado pelos nazistas.

O final da II Guerra suscitou o empenho para reconstrução da Europa, com a intenção de que um conflito semelhante não se repetisse. Em 1950 foi assinado o Tratado de Paris, por seis países – França, Bélgica, Alemanha Ocidental, Holanda, Luxemburgo e Itália – e foi por meio dele que foi fundada a CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (COSTA, 2017). Essa primeira organização teve diversas modificações posteriores em sua formação, e sempre buscou aprofundar a integração econômica e política dos países da Europa. Os primeiros Estados europeus que formalizaram um acordo comum nos primórdios da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), posteriormente na Comunidade Econômica Europeia (CEE) e, por fim, na União Europeia, objetivaram áreas de interesse comum. Em um primeiro momento, buscou-se um melhor fluxo comercial por meio de acordos que reduzissem barreiras tarifárias entre os países. Com o desenvolvimento do bloco econômico foi estabelecida uma moeda única além de benefícios, direitos e deveres aos seus membros.

Em 1960 o Reino Unido sugeriu a criação do EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio, ao qual aderiram mais sete países, dentre eles a Áustria e Suíça, sendo uma resposta à criação da CCE – Comunidade Econômica Europeia, que tinha em sua origem a proposta de um mercado comum europeu. Um Mercado Comum é uma modalidade de União Aduaneira que presume a livre circulação/comércio dos fatores de produção dentro do mercado da mesma forma que dentro do território de cada país (CABRAL, 2013). A razão do Reino Unido ter realizado esta proposta era justamente porque não tinha intenção de participar da integração proposta pela CCE (SZUCKO, 2016).

Entretanto, o sucesso econômico do EFTA não foi o esperado, e o Reino Unido tentou por duas vezes participar da CCE, mas a participação não foi aceita pela França que, na figura do general Charles de Gaulle, possuía o receio de que houvesse uma aliança entre o Reino Unido e os Estados Unidos, em um período que coincidia com a Guerra Fria. Apenas após a saída do general do poder, os acordos com o Reino Unido começaram a ser viabilizados (SZUCKO, 2016).

O Reino Unido então ingressou em 1973, juntamente com a Irlanda e a Dinamarca, já deixando claro o seu receio quanto ao aprofundamento da integração (COSTA, 2017). Já em 1975 foi realizado o primeiro plebiscito para esclarecer se a permanência na CCE era algo desejado. O resultado foi um percentual de 67,2% a favor da permanência na CCE, considerando o estímulo à permanência da primeira-ministra britânica à época, Margareth Thatcher. Para Soares (2019), os resultados do referendo de 1975 e o de 2016 são próximos em números absolutos de votos no que se refere à permanência no bloco europeu, uma vez que no referendo de 2016, 16,14 milhões de britânicos votaram a favor da permanência, representando então 48,1% da população votante,

enquanto em 1975, 17,37 milhões de britânicos votaram em favor da permanência na EU, o que representava 67,2% da população que votou, conforme é possível verificar no quadro a seguir.

Quadro 1 – Resultado dos Plebiscitos de 1975 e de 2016 para a permanência do Reino Unido na UE

	Plebiscito de 1975	Plebiscito de 2016
Sair da UE	8,47 milhões (32,8%)	17,41 milhões (51,9%)
Ficar na UE	17,37 milhões (67,2%)	16,14 milhões (48,1%)

Fonte: Elaborado com dados de Soares (2019).

1.2. Relações Comerciais entre Reino Unido e União Europeia

Um ponto pertinente nesta discussão é o entendimento a respeito das relações comerciais entre o Reino Unido e a União Europeia, procurando esclarecer quais as principais mercadorias que são trocadas, e de que forma o suporte mútuo é visível, trazendo benefícios para os dois lados. Ao considerar essa visão será possível entender alguns dos motivos econômicos que culminaram no Brexit.

Em termos de exportação, a Alemanha é o segundo país que mais importa mercadorias do Reino Unido, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Do terceiro lugar em diante é possível observar a Holanda, a França, a China, a Irlanda, a Bélgica e Luxemburgo e a Suíça (OEC, 2017). Esses dados indicam que grande parte dos principais parceiros que importam do Reino Unido são países da União Europeia.

Já do ponto de vista da importação, o Reino Unido tem como principal parceiro a Alemanha, seguida pela China, Holanda, Estados Unidos, França, Bélgica/Luxemburgo e Itália (OEC, 2017). Novamente, é possível perceber que do ponto de vista da importação, o Reino Unido tem nos países membros da União Europeia seus mais relevantes parceiros comerciais.

Pode-se pontuar, portanto, se a existência de algumas condições de comércio comuns para esses países não facilita essa troca de mercadorias. Certamente há menor burocracia no processo de trocas, além de taxas específicas para quem é membro da UE.

No que se refere aos produtos que são comercializados, a mercadoria que o Reino Unido mais importa e exporta são os automóveis (OEC, 2017), sendo conhecidas mundialmente suas marcas de luxo tais como a Land Rover e a Jaguar. Mais adiante, será discutido o impacto para as transações de automóveis e peças de veículos caso o Reino Unido decida sair da União Europeia sem acordo, uma vez que a UE importava em 2017 cerca de 54% dos automóveis exportados pelo Reino Unido (ACEA, 2017).

Do ponto de vista histórico, o Reino Unido possui um déficit comercial de bens e serviços com a União Europeia, que atingiu -3,7% em 2015, sendo que ocorre o contrário com os valores referentes ao comércio com países de fora da UE. Entretanto, em 2018, 77% do aumento das

exportações do Reino Unido foi resultado de trocas comerciais com a UE (HOUSE OF COMMONS, 2019; ONS, 2019a).

Além disso, também merecem menção na categoria de bens, os produtos farmacêuticos e medicamentos, que são o segundo segmento de bens que o Reino Unido mais exporta. Os principais parceiros que importam essas mercadorias são os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. Em seguida, aparece a commodity petróleo, e os países que mais importam esta mercadoria do Reino Unido são a Holanda, a China, a Coreia do Sul e a Alemanha (OEC, 2017).

Em termos de serviços transacionáveis, a Europa constitui o maior destino do Reino Unido (ONS, 2017). O segmento de Outros Serviços de Negócios foi o responsável por 32,13%¹ do volume total das exportações de serviços no ano de 2018. A segunda categoria que mais contribuiu para o montante total foi a de serviços financeiros, que no mesmo período correspondeu a 21% do valor arrecadado na balança de serviços (ONS, 2019b).

No que se refere às importações, conforme já mencionado, o produto que é mais importado pelo Reino Unido são os automóveis, e para esse caso a Alemanha era responsável em 2017 pelo fornecimento de 45% do total importado, aparecendo a Bélgica e Luxemburgo em segundo lugar, com 15% deste total (OEC, 2017). Já no caso dos serviços, a categoria de Outros Serviços de Negócios é que tem maior participação no montante de serviços importados, correspondendo em 2018 a 34,57%² no total.

De maneira geral, é possível notar que os maiores parceiros comerciais do Reino Unido fora da União Europeia são os Estados Unidos e a China. No que diz respeito à UE, esta é responsável por receber 53% das exportações e por contribuir com 47% do montante de importações do Reino Unido (UNIÃO EUROPEIA, 2019). Além disso, vale lembrar das condições presentes em um mercado comum, que incluem a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais entre os países membros da União, de forma que nas trocas comerciais entre os países membros da União Europeia não estão presentes uma série de tarifas, que passarão a ser cobradas tanto para o Reino Unido em relação ao bloco, quanto para o bloco com relação ao Reino Unido, caso o Brexit se concretize.

1.3. Motivos que contribuíram para o Brexit

O que é possível dizer é que a relação entre o Reino Unido e a União Europeia sempre foi conturbada, pois o Reino Unido nunca mostrou claramente intenção de aprofundar sua participação nas políticas da UE. Szucko (2018) buscou compreender as percepções identitárias britânicas de diferentes grupos etários com relação ao sentimento europeu ou apenas nacional e concluiu que os mais idosos foram os que menos demonstraram sentimento de pertencimento à Europa, e afirma que “A vitória, na consulta popular, da opção pela saída do bloco comunitário [em 2016] reflete essa fraca identidade europeia no país” (SZUCKO, 2018, p. 221).

1 Valor considerando o ajuste de sazonalidade para o segundo trimestre de 2019.

2 Valor considerando o ajuste de sazonalidade para o segundo trimestre de 2019.

Outros aspectos, como o fato de o Reino Unido não ter adotado o euro, preferindo manter a libra esterlina como sua moeda, indica também que sempre houve a tentativa de conservar certa autonomia em relação ao bloco, sem a intenção de aprofundar a integração (MENABB, s.d.).

Renni e Santos (2016) ressaltam que, além de motivos geográficos, que colocam o Reino Unido em uma posição mais isolada em relação aos demais países da Europa, sempre existiu um sentimento de ceticismo por parte dos britânicos para com a União Europeia com base na ideia de que seria mais difícil administrar a economia do país caso houvesse restrições geradas por um acordo.

Adicionalmente, Colantone e Stanig (2016), em seu estudo empírico, mostraram que a globalização teve uma influência decisiva na contabilização a favor daqueles que queriam deixar a União Europeia. O sucesso do “Deixar” no referendo de 23 de junho de 2016 pode ter sido decorrente da maior exposição do Reino Unido à economia global via União Europeia nos últimos anos. São de responsabilidade da União Europeia as decisões sobre a política comercial sendo que, desse modo, as tarifas aplicadas pelo Reino Unido sobre os produtos chineses são de competência das instituições da União Europeia.

O que se verificou é que nos últimos 30 anos a China tornou-se um dos mais importantes agentes na economia global, e como consequência o comércio entre a China e os demais países do mundo cresceu consideravelmente, não sendo diferente com o Reino Unido desde o final dos anos 1980 até 2007. A importação de produtos chineses pelo Reino Unido mais que do que dobrou em termos absolutos. Nesse sentido, o rápido crescimento das importações da China mostrou-se um choque e um dos possíveis motivos para a saída do Reino Unido da União Europeia. Esse choque de importações levou as manufaturas em diferentes regiões do país a entrarem em crise, levando a pressões a favor do Brexit. Ademais, a falta de uma política compensatória parte do governo britânico para as partes que mais sofreram com a globalização, fez com que emergissem movimentos como isolacionismo, protecionismo e nacionalismo baseado na identidade e, naturalmente, à uma crise do liberalismo.

Com relação à imigração, Colantone e Stanig (2016) não encontraram evidências de que um aumento da imigração em determinada região fosse um fator relevante para o voto a favor do Brexit, embora tenha sido um ponto muito explorado pelos defensores do movimento a favor da saída do bloco. Entretanto, os resultados sugerem que preocupações com relação à imigração podem atuar como um fator gerador do aumento da opinião favorável por parte das pessoas que queriam a saída do Reino Unido da União Europeia.

Desse modo, com o aumento da globalização e do consequente colapso nas manufaturas locais, os trabalhadores associam a ideia de que um maior número de imigrantes ocasionaria uma maior competição por empregos, mesmo não havendo evidências empíricas de que os trabalhadores locais perderiam os seus empregos em decorrência de um aumento da imigração. Ao votar a favor do

Brexit, os trabalhadores, preocupados com um maior número de imigrantes no mercado de trabalho, estariam apenas tentando defender o seu próprio emprego.

Além disso, essa situação incita a preocupação de que os serviços públicos não estejam aptos a atender as demandas de todo o contingente de pessoas – locais e imigrantes – reforçando movimentos anti-imigração, com caráter radical, fortalecendo os partidos extremistas de direita como foi o caso do UKIP (Partido da Independência do Reino Unido), um dos principais articuladores do Brexit.

2. O BREXIT E A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

A análise dessa realidade pode ser bem encaminhada ao considerar alguns estudiosos das teorias originais de economia política internacional. Nesse sentido, destacam-se as concepções nacionalista e liberais das relações econômicas internacionais que serão brevemente abordadas para um juízo sobre o Brexit.

No que se refere ao nacionalismo, pode-se afirmar que é um pensamento/ideologia que presume que as metas de crescimento econômico devem estar aliadas ao objetivo de fortalecimento do Estado, isto é, os interesses do Estado devem estar acima dos demais, sendo este o principal aspecto de união entre o povo e os membros do governo (GILPIN, 2002). Bresser-Pereira (2018, p. 855) complementa essa ideia, acrescentando que “O nacionalismo implica uma associação básica, mas sempre contraditória, da elite com seu povo, com o qual ela vive uma relação permanente de conflito e cooperação”.

Do ponto de vista histórico, considera-se que a doutrina do nacionalismo surgiu com a Revolução Francesa, na tentativa de redução do poder econômico da nobreza pela burguesia e as classes menos favorecidas, embora já tenham sido identificadas economias nacionalistas muito antes dessa época (o mercantilismo é um exemplo anterior). Dessa maneira, o nacionalismo foi utilizado em muitos países com a finalidade de manter regimes políticos autoritários (BRANCO, 2009; MAGNOLI, 2009).

O termo nacionalismo foi criado no final do século XIX para descrever um movimento de guinada à direita mais radical, de classe média e classe baixa, em alguns países da Europa. Porém, ao longo da história, nem sempre identificado um regime nacionalista pode ser considerado de direita (HOBBSAWN, 1995; 1990). Hobsbawm (1990) destaca a evolução do conceito de nacionalismo ao longo da história, sendo muitas vezes utilizado para caracterizar movimentos linguísticos, étnicos, ganhando espaço em contextos de antipatia para com estrangeiros. O autor destaca três motivos pelos quais o nacionalismo foi ficando cada vez mais presente em algumas comunidades:

(...) a resistência de grupos tradicionais ameaçados pelo rápido progresso da modernidade, as novas classes e estratos, não tradicionais, que rapidamente cresciam nas sociedades urbanizadas dos países desenvolvidos e as migrações sem precedentes que distribuíram uma diáspora múltipla de povos através do planeta, cada um estranho tanto aos nativos quanto aos outros grupos de migrantes e nenhum, ainda, com os hábitos e convenções da coexistência (HOBSBAWN, 1990, p. 132-133).

Robert Gilpin (2002) ressalta a forte relação entre o conceito de nacionalismo e a industrialização, explanando que, dentre os motivos mais relevantes, estão aspectos relacionados ao transbordamento de conhecimento, por meio do qual acredita-se que a economia como um todo pode se beneficiar. Além disso, são mencionadas as questões de fortalecimento da indústria nacional como sinônimo de maior independência frente aos produtos oriundos de outros países, e do poderio militar que pode surgir como consequência deste processo industrial, agregando valor à segurança nacional.

Sob esse aspecto, no que se refere às consequências do nacionalismo, Bresser-Pereira (2008) destaca que se o país possui um regime nacionalista radical, pode gerar resultados mais violentos ao se comparar com os demais regimes com características capitalistas. Entretanto, o autor pontua que a ideologia nacionalista é um dos fatores que impulsionam a competição entre os países, do ponto de vista de econômico e político, mantendo-se como algo central e fortemente presente nos estados-nação.

No que tange ao liberalismo, de acordo com Gilpin (2002), pode ser conceituado como a reunião de alguns princípios que visam gerir uma economia de mercado, sempre buscando maximizar a eficiência, o bem-estar dos indivíduos, e mantendo foco no crescimento econômico. A divisão do trabalho, por exemplo, é um dos aspectos presentes nessa teoria, por meio da ideia de que a especialização no exercício das atividades pode gerar vantagens comparativas na produção das mercadorias, uma vez que cada empresa/país irá produzir aquilo que possui mais conhecimento, matérias-primas, manufaturas, entre outros.

Stewart Jr. (1995) coloca que o liberalismo presume liberdade política e liberdade econômica, listando como alguns de seus aspectos a igualdade de tratamento dos indivíduos perante a lei, além do princípio de que não se deve privilegiar um agente da economia em detrimento de outro. Um exemplo atual desses princípios é o pressuposto da Organização Mundial do Comércio (OMC): o da não-discriminação – que presume que uma nação não deve ter condições diferentes de comércio quando comparada a outras – e que abrange ainda o princípio da nação mais favorecida, isto é, o de que quaisquer vantagens comerciais concedidas a um país devem ser aplicadas a todos os demais países membros da organização (MDIC, 2019).

Na teoria liberal também está presente a ideia de que o mercado não necessariamente precisa da intervenção do Estado para resolver questões econômicas, pois existe uma “mão invisível”

(SMITH, 2009) que guia as decisões dos agentes de uma economia em direção a uma harmonia, de forma que o pensamento individual gera benefícios para a sociedade como um todo (RACY et al., 2015).

Gilpin (2002) ressalta então que o mercado pode ser interpretado como uma relação interdependência econômica, sendo justamente uma consequência da especialização na produção das mercadorias.

Cenci, Bedin e Fischer (2011) pontuam que a teoria liberal possui definições diferentes levando em consideração o período histórico em que elas são aplicadas. Não existe, desse modo, um consenso sobre a partir de qual grau de intervenção estatal uma economia pode ser considerada liberal, mas há sim a crença no Estado Mínimo, que intervenha o mínimo possível na economia, arcando apenas com funções essenciais para o bom funcionamento da economia.

Do ponto de vista da economia política internacional, o comércio é um ponto central nessa discussão, pois há distinções na forma como ocorrem as trocas entre os países, caso sejam mais ou menos liberais em seus regimes políticos e econômicos, relacionadas à quantidade e intensidade de barreiras e tarifas empregadas nas transações, entre outros aspectos. Nesta linha de raciocínio, o liberalismo supõe que as transações entre os países devem ocorrer da maneira mais fácil possível, prezando pela redução de tarifas e da burocracia na realização de negócios internacionais.

Gilpin (2002) ressalta, nessa medida, que no liberalismo o comércio deve funcionar como um fator que impulsiona o crescimento econômico, pois as relações de comércio internacional são vistas como um meio de proporcionar melhores condições econômicas aos países de uma forma geral, dado que não é possível que produzam internamente todos as mercadorias necessárias para a sobrevivência de sua população.

Portanto, vale considerar que, quanto melhores as relações diplomáticas com os demais países, melhores os resultados das trocas comerciais realizadas. Com base nisso, e com o objetivo de evitar maiores conflitos como os já ocorridos na história – como foi o caso das grandes guerras – alguns países se uniram para formar blocos econômicos, como no caso dos países da União Europeia. Ao pertencer a blocos econômicos como esse, salvas as particularidades de cada uma das modalidades, presume-se que as relações de comércio são facilitadas entre os países-membros.

3. UMA ANÁLISE SOBRE A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA

3.1. Interpretação do Brexit à luz de algumas importantes questões concernentes à teoria da economia política internacional

Dentre as teorias expostas, e considerando os aspectos comerciais observados acerca da economia do Reino Unido, é possível identificar uma tendência nacionalista no Brexit. Fica evidente que boa parte dos britânicos possui dificuldades em se perceber como membro de um bloco de países, do ponto de vista da identidade, conservando ressalvas com relação à integração.

A divisão social que estava em estado latente no Reino Unido começou a eclodir, gerando divergências de identidade principalmente com relação ao continente europeu. Uma parte dos britânicos por meio do aspecto intersubjetivo e cognitivo procuraram começar a se identificar mais entre si, enquanto a União Europeia se tornava mais distante. Prevalendo o discurso contra a imigração, objetiva-se um maior controle dos povos vindos do continente justificada por uma preocupação com a perda da soberania britânica.

Sendo a Inglaterra o país da Europa que mais recebe imigrantes depois da Alemanha (DUPUY; MORGANTE, 2016), esse sentimento expressa um nacionalismo que contraria o espírito do bloco que presume a livre circulação de pessoas. Nesse sentido, a ex-primeira-ministra britânica Theresa May chegou inclusive a anunciar novas políticas de imigração, dando preferência a profissionais qualificados (Euronews, 2018).

Pode-se aduzir ao problema o fato de que o Reino Unido é composto pela Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e pelo País de Gales. Assim, não se pode descartar a possibilidade de futuros conflitos internos no Reino Unido, de acordo com o advento do Brexit. Como lembra Calhoun (2017), embora a Inglaterra tenha votado a favor do Brexit, a Irlanda e a Escócia votaram por permanecer na União Europeia, embora o País de Gales também tenha votado a favor de sair do bloco. A população mais significativa responsável por essa decisão é inglesa.

Num estudo de Henderson et al. (2016) são encontradas evidências sobre a questão nacionalista relativamente ao Brexit, retomando a questão identitária. Uma característica interessante ressaltada é que a parte da população da Inglaterra que se sente mais britânica do que propriamente inglesa se mostra favorável à integração com a União Europeia, o que está alinhado como que se indicou no parágrafo anterior. Assim, embora o Reino Unido seja o objeto do Brexit, a Inglaterra é a responsável central por sua promoção. Ademais, está claro que o sentimento de não pertencimento à União Europeia tem maior peso nas decisões e nas atitudes da população inglesa no sentido de deixar a UE do que ocorre no País de Gales e na Escócia.

Outra característica do aspecto nacionalista presente no Reino Unido, destacado por Adler-Nissen, Galpin e Rosamond (2017), é que essa parcela dos britânicos entende que fazer parte da UE seja algo muito próximo de aceitar decisões de terceiros, além de manter a esperança histórica de um império liderado pelo Reino Unido, ressaltando a oposição ao multiculturalismo (CALHOUN, 2016).

Com relação à economia, particularmente no que se refere ao conceito de globalização, Dupuy e Morgante (2016) afirmam que o Brexit é uma consequência desta, uma vez que a Europa abriga países com diferentes processos de formação e distintas velocidades de desenvolvimento, embora possuam um passado histórico semelhante em muitos pontos. Ao mesmo tempo, o Brexit representa uma reação de rejeição e de ira com relação ao processo de globalização, uma vez que este encerra qualquer tentativa de retorno ao passado.

Ainda no que diz respeito ao conceito de globalização, o argumento de Pettifor (2017) é de que esse é de que este presume certa utopia, principalmente no atual cenário de financeirização e mercados integrados. No citado estudo é possível identificar o receio quanto à incerteza sobre a posição do Reino Unido do ponto de vista global. Nesse sentido, Pettifor (2017) compara a situação do Reino Unido com a proposta nacionalista de Donald Trump nos Estados Unidos, comentando a criação de um muro que impediria a chegada de imigrantes mexicanos ilegais:

But Britain's 'Brexit' vote is but the latest manifestation of popular dissatisfaction with the economists' globalized, marketized society. And if there should be any doubt that these movements are both nationalistic and protectionist, consider Donald Trump's campaign threat to build a wall between Mexico and the US, to deter migrants, 'gangs, drug traffickers and cartels' (Trump website)³ (PETTIFOR, 2017).

3.2. As relações comerciais do Reino Unido após o Brexit

Para começar essa análise, é preciso identificar quais os impactos do Brexit para as relações comerciais entre o Reino Unido e a União Europeia. De acordo com Valente, Azevedo e Leitão (2019), é preciso considerar os impactos negativos da saída do ponto de vista econômico caso ela se dê sem acordo, ou com um acordo feito às pressas, sem considerar adequadamente todos os pormenores. Levando em conta a interdependência comercial que entre o Reino Unido e os demais países da União Europeia, é possível que haja algum tipo de retaliação após a concretização do Brexit, com países tentando impedir os fluxos comerciais com o Reino Unido, sendo isso mais prejudicial a este do que a União Europeia.

Além disso, o comércio entre o Reino Unido e a União Europeia seria mais custoso, uma vez que tarifas alfandegárias iriam aumentar independentemente do acordo feito com a UE (DHINGRA et al., 2017). O poder de negociação do Reino Unido no comércio com UE iria diminuir, e as trocas precisariam ser negociadas individualmente com os países da União Europeia, sendo necessário ainda seguir as regras da UE no que se refere à regulamentação comercial. As trocas com países que não são parte da UE também levariam mais tempo para serem efetivadas, uma vez que o país certamente não oferecerá aos parceiros as mesmas vantagens que a UE consegue oferecer como um bloco econômico (OCDE, 2016).

³ Mas o voto britânico para o 'Brexit' nada mais é do que a mais recente manifestação da insatisfação popular com a sociedade globalizada e comercializada dos economistas. E se houver alguma dúvida que esses movimentos são ao mesmo tempo nacionalistas e protecionistas, considere a ameaça da campanha de Donald Trump de construir um muro entre México e os Estados Unidos, para deter migrantes, gangues, traficantes de drogas e cartéis (website de Trump) (PETTIFOR, 2017, tradução nossa).

Após as considerações anteriores, é preciso identificar o que poderia ser obtido como vantagem do Brexit para o Reino Unido. Há o argumento de que o Reino Unido estaria mais livre para reduzir tarifas de importação para outros países, o que traria impacto positivo para o bem-estar britânico (BUSCH; MATTHES, 2016). Com relação aos Estados Unidos, que é o país que mais recebe mercadorias do Reino Unido (OEC, 2017), notícias recentes indicam a intenção de um acordo entre os dois países com disposição para o aumento dos fluxos comerciais (Exame, 2019).

Dhingra et al. (2016; 2017) estimam os custos e os benefícios do Brexit e indicam que, a despeito da economia feita com a redução da participação financeira do Reino Unido na União Europeia, é preciso considerar que mesmo com a saída o Reino Unido não deixaria de pagar determinados montantes para a UE, para continuar tendo acesso ao Mercado Comum. Dessa forma, os custos em razão da menor integração com a União Europeia em termos de comércio poderiam superar a economia mencionada. Dhingra et al. (2016; 2017) ressaltam ainda que é preciso levar em conta quais políticas o Reino Unido irá adotar após saída.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que não apenas o Reino Unido teria perdas com o Brexit, mas também a União Europeia. Belke e Gros (2017) comparam o impacto da saída do Reino Unido à magnitude do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) com o sinal invertido, uma vez que o fluxo comercial entre UE e Reino Unido é equivalente ao que ocorre entre UE e Estados Unidos.

Um estudo de Aichele e Felbermayr (2015) estima três cenários para a saída do Reino Unido da UE. O primeiro deles, *soft exit*, seria após a saída o Reino Unido passar a ter uma condição semelhante à da Noruega, que faz parte do Espaço Econômico Europeu (EEE) e da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), ou da Suíça, que é também membro da EFTA. Os dois países têm forte relação comercial com os demais membros da União Europeia, mas não são efetivamente países membros.

O segundo cenário estimado por Aichele e Felbermayr (2015), *deep cut*, seria a saída sem um acordo relativo ao comércio, o que seria sinônimo de dizer que as tarifas em transações poderiam ser incluídas ou aumentar, o que impactaria diretamente no custo das exportações, cenário no qual é preciso lembrar que o Reino Unido já possui uma conta de exportação de bens e serviços deficitária com relação aos países da UE, conforme mencionado na seção 1.2.

E o terceiro cenário estimado, *isolation of the UK*, seria o mesmo que o Reino Unido perder todo o acesso ao Mercado Comum Europeu, perdendo ainda benefícios de acordos comerciais entre a UE e outros países não membros (AICHELE; FELBERMAYR; 2015).

Do ponto de vista econômico, os cenários não se apresentam promissores. Conforme já indicado, Dhingra et al. (2016) reiteram que a União Europeia é o maior parceiro comercial britânico, sendo que este corresponde a cerca de 50% do fluxo de mercadorias e bens de serviço. No melhor dos cenários, a relação comercial entre Reino Unido e União Europeia seria similar ao que a União Europeia tem com a Noruega, membro do Espaço Econômico Europeu (EEE) e do Mercado Único

Europeu, o que lhe permitiria adotar políticas e regulamentos para reduzir as barreiras comerciais não tarifárias e se beneficiar por não haver barreiras comerciais tarifárias. Entretanto, a Noruega não faz parte da União Aduaneira da União Europeia, o que significa que a Noruega pode enfrentar barreiras não aduaneiras que não seriam aplicadas aos países membros da União.

Em um cenário mais pessimista, o comércio entre o Reino Unido e a União Europeia seria regido pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, nesse caso, os custos comerciais para o Reino Unido seriam mais elevados, uma vez que a OMC não teve um progresso previsto nas negociações para reduzir as barreiras não tarifárias entre os países.

Desse modo, o aumento dos custos ao Reino Unido poderia vir de tarifas mais altas de importações, de um aumento das barreiras não tarifárias, e por não fazer parte da União Europeia o país não se beneficiaria de uma integração mais profunda com a UE com melhores acordos comerciais, como os negociados com os Estados Unidos e o Japão.

É preciso pensar também que com a saída do Reino Unido, parte da arrecadação da União Europeia estaria comprometida. Em 2018, o Reino Unido contribuiu com cerca de 8,5% da receita total da UE, com contribuição total da ordem de 13.461,9 milhões de euros. Por outro lado, vale mencionar que a UE também investiu no mesmo ano no Reino Unido um percentual de 4,2% de seu gasto total, sendo boa parte desses gastos destinados ao segmento da agricultura (EUROPEAN COMMISSION, 2019; EUROPEAN PARLIAMENT, 2017).

Da mesma forma que ocorreria impacto nas exportações, uma saída sem acordo faria com que importar bens e serviços dos países da UE ficasse mais caro para o Reino Unido. Conforme foi ressaltado na seção 1.2, os principais parceiros comerciais do Reino Unido são os países da União Europeia, a China e os Estados Unidos. No tocante ao consumo de alimentos, por exemplo, alguns estudos (LANG; MCKEE, 2018; MATTHEWS, 2016; LANG et al., 2018) abordam as consequências do Brexit para a importação de alimentos e para as políticas relativas à agricultura, dado que o Reino Unido importa cerca de 30% dos alimentos que consome (DEFRA, 2017).

Por fim, ainda é necessário considerar que as relações comerciais do Reino Unido não iriam sofrer alterações apenas com os países da UE, pois a alteração das regras de comércio do país trará impacto para o comércio britânico como um todo. O estudo de ABBOTT (2019) aborda, por exemplo, as relações comerciais do Reino Unido com a Nova Zelândia e a Austrália após o Brexit, e explica que há a tendência de que elas se intensifiquem após o a saída, principalmente no segmento de alimentos por meio de redução nas tarifas de importação quando comparadas às da UE. Além disso, é ressaltada a possibilidade de aprofundamento das relações comerciais de serviços, e do fluxo de investimentos entre os países mencionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda não estão definidos os rumos finais do Brexit, que deveria ter se concretizado em 2018. O que deveria ter sido apenas uma tentativa do ex-Primeiro Ministro do Reino Unido David

Cameron de ampliar a sua base de apoio no Parlamento Britânico, acabou gerando uma situação não apenas aversa para o Reino Unido por causa do referendo de 2016, mas também para a União Europeia, conjuntura que ficou ainda mais nebulosa com a renúncia da Primeira-Ministra britânica Theresa May (sucessora de Cameron), após fracassar na terceira tentativa de aprovar um acordo de saída do Brexit no Parlamento Britânico.

A saída do Reino Unido da União Europeia estava agendada para abril de 2019, com ou sem acordo. O cenário mais plausível era uma retirada sem acordo. Das condições propostas pela União Europeia para uma saída sem acordo estavam o pagamento por parte do Reino Unido à União Europeia no valor de 39 bilhões de libras, a manutenção do “backstop” irlandês, com a manutenção de grande parte da legislação do mercado único e a aduaneira na Irlanda do Norte, de modo a honrar o acordo da Sexta Feira Santa (Acordo de Belfast) e a manutenção dos direitos de residência dos cidadãos e a coordenação de segurança social prevista no acordo de retirada.

Já houve diversas tentativas de adiar a saída da UE, uma vez que as negociações internas no parlamento britânico estão distantes de um acordo. Após a renúncia de Theresa May, Boris Johnson assumiu o cargo de primeiro-ministro em julho de 2019, e o governo Britânico conseguiu um novo adiamento para o dia 31 de outubro de 2019 e, posteriormente, para o dia 31 de janeiro de 2020, a fim de evitar uma saída sem acordo, o que seria desastroso para o Reino Unido podendo resultar em problemas de transporte e abastecimento.

As eleições para o Parlamento em dezembro de 2019, revelando a atmosfera conturbada do país, definiram, entretanto, a opção pela saída, uma vez que o Partido Conservador foi o vencedor incontestado do pleito. Mas, ainda não se podem delimitar claramente os resultados do Brexit uma vez que não se tem claro como se dará na realidade e na prática a saída, e uma definição clara de qual será a trajetória do Reino Unido em termos de relações comerciais com o mundo e com a própria UE. Tudo isso reforça a perspectiva nacionalista da Economia Política Internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, M. The United Kingdom's Economic Relations with New Zealand and Australia after Brexit. **The Commonwealth Journal of International Affairs**, v. 108, n. 1, p. 21-35, 2019.

ACEA - EUROPEAN AUTOMOBILE MANUFACTURERS' ASSOCIATION. Brexit and the Auto Industry: facts and figures. Outubro de 2018. Disponível em: <https://industria.gob.es/es-es/brexit/DocumentosBrexit/Automoci%C3%B3n/AUTOMOCION%20Brexit-facts_figures_October_2018.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019.

ADLER-NISSEN, R.; GALPIN, C.; ROSAMOND, B. Performing Brexit: How a post-Brexit world is imagined outside the United Kingdom. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 19, n. 3, p. 573-591, 2017.

AICHELE, R.; FELBERMAYR, G. **Costs and benefits of a United Kingdom exit from the European Union**. Global Economic Dynamics, 2015. Disponível em: <<https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/download/8684.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

BELKE, A.; GROS, D. The Economic Impact of Brexit: Evidence from Modelling Free Trade Agreements. **Atlantic Economic Journal**, v. 45, p. 317-331, 2017.

BRANCO, A. M. V. O Nacionalismo nos séculos XVIII, XIX e XX: o princípio construtivo da modernidade numa perspectiva histórico-filosófica e ideológica. Um caso paradigmático: A Alemanha. **Millenium**, v. 36, n. 14, mai. 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 3 (64), p. 853-874, set./dez. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 171-193, abr. 2008.

BREXIT: Theresa May anuncia fim da imigração desqualificada. **Euronews**, 2018. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2018/10/02/brexit-theresa-may-anuncia-fim-da-imigracao-desqualificada>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CABRAL, A. I. P. União Econômica e Monetária e Mercado Comum: Uma abordagem Internacional das Fases da Integração. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, Lisboa, v. 2, n. 10. 2013.

CALHOUN, C. Brexit Is a Mutiny Against the Cosmopolitan Elite. **New Perspectives Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 50-58, 2016.

CALHOUN, C. Populism, Nationalism and Brexit. In: OUTHWAITE, W. **Brexit: sociological responses**. Londres: Anthem Press, 2017.

CENCI, A. R.; BEDIN, G. L.; FISCHER, R. S. Do liberalismo ao intervencionismo: o Estado como protagonista da (des)regulação econômica. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n. 4, p. 77-97, jan./jun. 2011.

COLANTONE, I.; STANIG, P. **Global Competition and Brexit**. Milano. BAFFI CAREFIN Centre Research Paper Series, n. 44. 2016.

COSTA, O. **A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão**. Brasília: FUNAG, 2017.

DEFRA – DEPARTMENT FOR ENVIRONMENT FOOD & RURAL AFFAIRS. **Foods Food Statistics in your pocket 2017** - Global and UK supply. National Statistics. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/food-statistics-pocketbook-2017/food-statistics-in-your-pocket-2017-global-and-uk-supply>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

DHINGRA, S. *et al.* The consequences of Brexit for UK trade and living standards. **Centre for Economic Performance**, London School of Economics and Political Science, Londres, CEPBREXIT02, 2016.

DHINGRA, S. *et al.* The Costs and Benefits of Leaving the EU: Trade Effects. **Economic Policy**, v. 32, n. 92, p. 651-705, out. 2017.

DUPUY, H. A.; MORGANTE, M. A. Europa, entre el Brexit y los nuevos escenarios de la integración. In: **VIII Congreso de Relaciones Internacionales**, La Plata, novembro de 2016.

EUROPEAN COMMISSION. **EU expenditure and revenue 2014-2020**. 2019. Disponível em: <https://ec.europa.eu/budget/graphs/revenue_expenditure.html>. Acesso em: 8 nov. 2019.

EUROPEAN PARLIAMENT. **The EU budget explained: expenditure and contribution by member state**. 2018. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/economy/20180316STO99923/the-eu-budget-expenditure-and-contribution-by-member-state>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

GILPIN, R. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HENDERSON, A. *et al.* England, Englishness and Brexit. **The Political Quarterly**, v. 87, n. 2, p. 187-199, abr./jun. 2016.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Cecília Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOUSE OF COMMONS. **Statistics on UK-EU trade**. Briefing Paper, n. 7851, nov. 2019.

LANG, T. *et al.* **Feeding Britain: Food Security after Brexit**. Londres: Food Research Collaboration, 2018.

LANG, T.; MCKEE, M. Brexit poses serious threats to the availability and affordability of food in the United Kingdom. **Journal of Public Health**, v. 40, n. 4, p. 608-610, dez. 2018.

MAGNOLI, D. **Relações internacionais: teoria e história**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MATTHEWS, A. The Potential Implications of a Brexit for Future EU Agri-food Policies. **EuroChoices**, v. 15, n. 2, p. 17-23, ago. 2016.

MDIC – MINISTÉRIO DA ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Comércio Exterior**. Negociações Internacionais. OMC - Organização Mundial do Comércio. Princípios. 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/1886-omc-principios>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MENABB, C. V. **A saída do Reino Unido da União Econômica e Monetária Europeia (Brexit):** Uma avaliação a partir das crises recentes e da instabilidade interna do bloco. s. d. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22330/3/SaidaReinoUnido.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

OECD – THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **United Kingdom**. 2017. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/gbr/>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The Economic Consequences of Brexit: a Taxing Decision**. Policy Paper, n. 16. abr. 2016. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5jm0lsvdkf6k-en.pdf?expires=1573242026&id=id&acname=guest&checksum=AFC80E8E41594BD904DF61C97B69C42B>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

ONS – OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **Balance of payments, UK: April to June 2019**. 2019b. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/balanceofpayments/bulletins/balanceofpayments/apriltojune2019>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

ONS – OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **International trade in services, UK: 2017**. 2017. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/businessindustryandtrade/internationaltrade/bulletins/internationaltradeinservices/2017>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

ONS – OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **UK Balance of Payments, The Pink Book: 2019**. 2019a. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/balanceofpayments/bulletins/unitedkingdombalanceofpaymentsthepinkbook/2019>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

PARLAMENTO britânico rejeita acordo do Brexit pela terceira vez. **G1**, 29 de março de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/29/parlamento-britanico-rejeita-acordo-do-brexit-pela-terceira-vez.ghtml>>. Acesso em: 2 set. 2019.

PETTIFOR, A. Brexit and its Consequences. **Globalizations**, v. 14, n. 1, p. 127-132, 2017.
RENNI, Y. S.; SANTOS, R. J. Do insulamento ao Brexit: Raízes do Cetismo Britânico na união da Europa. **Revista Neiba**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./dez. 2016.

RACY, J. C. *et al.* Uma contribuição ao desenvolvimento da Economia Política Internacional do Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 35-58, jan./abr. 2015.

SCHUTTE, G. R. Brexit na perspectiva do Path Dependency. **Revista Plural**, São Paulo, v.24., n. 2, 2017. p.114-134.

SMITH, A. **A riqueza das nações:** uma investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações. Tradução de Getulio Schanoski Jr. São Paulo: Madras, 2009.

SOARES, A. G. Brexit: o referendo de 2016. **Relações Internacionais**, n.61, pp.63-75, 2019.

STEWART JR., D. **O que é liberalismo?** 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

SZUCKO, A. S. Percepções Identitárias no Reino Unido: Antes e depois do referendo Britânico. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 200-223, 2018.

SZUCKO, A. S. **Saída à moda inglesa**: o referendo no Reino Unido e a questão identitária na União Europeia. 2016. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/archives/delegations/brazil/documents/press_corner/news/20151105_1/20151105_1_angelica-saraiva-szucko_pt.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

THERESA May anuncia renúncia ao cargo de primeira-ministra do Reino Unido. **G1**, 24 de maio de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/05/24/theresa-may-anuncia-sua-renuncia-ao-cargo.ghtml>>. Acesso em: 2 set. 2019.

TRUMP oferece acordo comercial pós-Brexit ao Reino Unido. **Exame**, 26 ago. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/trump-oferece-acordo-comercial-pos-brexit-ao-reino-unido/>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. **Reino Unido**. 2019. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/unitedkingdom_pt>. Acesso em: 8 nov. 2019.

YOUNG, J. W. **Britain and European Unity, 1945-92**. Macmillan International Higher Education, 1993.